



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Agosto/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Concurso Público para provimento de cargos de Técnico de Nível Superior Analista Administrativo – PGM

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'P23', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Educação engloba aquisição de conhecimentos e civilidade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos ou máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação a tinta na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

1. Considere os poemas abaixo.

Poema I *Minhas mãos são vagarosas,
Meu pensamento é viageiro,
Pensando agarrar as rosas,
Pego os espinhos primeiro.*

Poema II *Não sei o que há comigo,
Às vezes me dá horror,
Se amo, penso em castigo,
Se odeio, penso em amor.*

Poema III *Não percamos nossa fé
Por qualquer coisa que venha,
A virtude não dá ré,
Quando o fogo acende a lenha.*

(MOURA, Francisco Miguel de. "Novas trovas". Disponível em: www.portalodia.com/blogs/chico-miguel/novas-trovas-de-francisco-miguel-de-moura-243446.html)

Acerca dos Poemas I, II e III, afirma-se corretamente:

- (A) Em I, o poeta emprega uma linguagem impessoal para explorar um tema universal, que diz respeito à relação predatória do homem com a terra.
- (B) Em I e II, o poeta descreve experiências de conflito, o que se evidencia no uso de termos com sentidos contrastantes.
- (C) Em I e III, o poeta expressa, de maneira enfática, seu desconsolo diante do ato de criação artística, descrito como esta-fante.
- (D) Em II, o amor é tematizado por meio de um discurso racional, o que se constata na ausência de marcas referentes à primeira pessoa do singular.
- (E) Em I, II e III, o leitor está inscrito nos versos, como interlocutor direto do poeta, o que se comprova na recorrência de verbos no imperativo.

2. Considere o Poema III, abaixo.

*Não percamos nossa fé
Por qualquer coisa que venha,
A virtude não dá ré,
Quando o fogo acende a lenha.*

Para explicitar a relação de sentido estabelecida entre os dois primeiros versos e os dois últimos, o vocábulo que deverá introduzir o terceiro verso é

- (A) Porquanto.
- (B) Conquanto.
- (C) Portanto.
- (D) Contudo.
- (E) Senão.

3. A frase redigida com clareza e correção é:

- (A) Conhecido como Chico Miguel, Francisco Miguel de Moura, nasceu no sertão do Piauí, aonde fez seus estudos primários, chegando à cursar contabilidade, e posteriormente estudou Letras pela Universidade Federal do Piauí.
- (B) Hoje, Francisco Miguel de Moura concentra-se exclusivamente em ler e escrever, mas já foi radialista e professor de língua e literatura: atividades as quais não mais se dedica, embora continuem a influenciá-lo.
- (C) Francisco Miguel de Moura integra a Academia Piauiense de Letras e tem sido considerado o maior poeta piauiense vivo, destacando-se por uma escrita precisa, cujo ritmo é construído com exímio rigor.
- (D) Além de poeta, Francisco Miguel de Moura também escreve prosa, tendo publicados títulos de contos e crônicas e contribuído com artigos para diversos jornais brasileiros, tratando-se de temas variados.
- (E) A obra de Francisco Miguel de Moura, já foi traduzida em diversos idiomas, dos quais vale destacar Estados Unidos, França, Cuba e Portugal, apesar de no Brasil ainda se manter pouco conhecida.



Atenção: Para responder às questões de números 4 a 9, considere o texto abaixo.

À beira do abismo

Em 1888, Van Gogh compartilhou, por três meses, uma casa com o pintor Paul Gauguin. Um dia, o amigo resolveu retratá-lo enquanto ele pintava seus girassóis. Ao ver pela primeira vez o quadro, que o flagra no último lugar em que poderia estar, pois um pintor se julga sempre fora da pintura, Van Gogh exclamou: “Sou eu, é claro, mas eu me tornando louco”.

A arte como expressão da loucura ou, ao contrário, como opção pela loucura? Van Gogh teve um psiquiatra que, adepto da segunda hipótese, pensou em “curá-lo” da pintura. É claro, não conseguiu. A arte como vírus, como uma contaminação?

Penso nas poucas telas que Clarice Lispector pintou. Telas tensas, desagradáveis: manifestações de gênio ou de insanidade? Elas ajudaram a deprimir Clarice ou, ao contrário, ajudaram a salvá-la? Recordo a Clarice que visitei um dia, sentada em sua cozinha diante de uma fatia de bolo, um tanto apática, a me dizer: “Comer bolo não me interessa. O que eu preciso é de água. De água e de literatura”.

Vista assim, como uma necessidade primária, a literatura revela sua potência, mas também seus riscos. Riscos que os escritores, para se consolar, transportam para o interior da escrita. Para dar sentido àquelas partes de si que não pode controlar, o escritor deve correr o risco de sair de si. Ele se dedica justamente àquilo que, anestesiados pela ideia de normalidade, evitamos.

A matéria da literatura vem, de fato, dessas zonas abissais em que as certezas se esgarçam, a nitidez se esvai e a dúvida comanda. Muitos não suportam. “Nascemos e crescemos num cárcere e por isso achamos naturais esses ferros nos pulsos e nos pés”, escreveu o alemão Georg Büchner. Mas os escritores, não: eles preferem sangrar mãos e pés, e bordejar o abismo, a sucumbir. E isso se parece com a loucura.

O problema é que aquilo que o escritor enfrenta está sempre dentro de si. De certa forma, em consequência, todo escritor escreve “contra si”. Daí a dúvida que Machado sintetiza em O alienista: estarão os escritores no lugar dos médicos, que amparam e curam, ou de seus pacientes, que resistem e esperneiam? A resposta não é fácil: eles ocupam ao mesmo tempo os dois lugares: vestem o jaleco da saúde, mas também os grilhões da ignorância.

(Adaptado de: CASTELLO, José. **Sábados inquietos**. Brasília, IMP, 2013, p. 6-7)

4. Na opinião do autor, a ideia de *normalidade* associa-se a

- (A) singularidade.
- (B) insensibilidade.
- (C) emulação.
- (D) sagacidade.
- (E) intrepidez.

5. Na opinião do autor, os escritores

- (A) escrevem contra o senso comum porque procuram a originalidade absoluta.
- (B) resistem à sanidade, pois entendem que a arte não se ocupa do cotidiano.
- (C) têm a função de retirar seus leitores da zona de incertezas que habitam.
- (D) buscam na arte um meio de evasão da existência, na qual não veem sentido.
- (E) ocupam uma posição ambivalente, oscilando entre a loucura e a sanidade.

6. Ao afirmar, no 5º parágrafo, que os escritores *preferem sangrar mãos e pés, e bordejar o abismo, a sucumbir*, o autor sugere que eles

- (A) são capazes de enfrentar aspectos pessoais que geram dúvida e perturbam, os quais as pessoas comuns tendem a evitar.
- (B) têm uma sensibilidade mais aguçada, preparada para interpretar a realidade com uma racionalidade que se aproxima da clarividência.
- (C) estão aptos a tratar de variados assuntos com a profundidade de quem sabe precisar a diferença entre sanidade e loucura.
- (D) estão mais próximos da insanidade por buscar entender racionalmente e controlar faculdades que são incapazes de compreender.
- (E) vivem em um estado de alheamento que beira a loucura, já que se negam a reproduzir os padrões de conduta moralmente aceitáveis.



7. “Comer bolo não me interessa. O que eu preciso é de água. De água e de literatura” (3º parágrafo)

Da afirmação de Clarice Lispector, depreende-se que

- (A) a escritora é indiferente ao aspecto formal de seus textos.
- (B) a literatura é tão vital para a escritora quanto a água.
- (C) a água está para o corpo assim como o bolo está para a arte.
- (D) os assuntos do cotidiano não interessam à literatura.
- (E) a nutrição do corpo é menos essencial que a do espírito.

8. Considere as seguintes afirmativas, acerca do uso dos sinais de pontuação.

- I. Em *Van Gogh teve um psiquiatra que, adepto da segunda hipótese, pensou em “curá-lo” da pintura* (2º parágrafo), as aspas têm a dupla função de demarcar uma citação e insinuar ironia.
- II. Em *Mas os escritores, não: eles preferem sangrar mãos e pés, e bordejar o abismo, a sucumbir* (5º parágrafo), as vírgulas estão empregadas em desacordo com a norma-padrão da língua.
- III. Em *A resposta não é fácil: eles ocupam ao mesmo tempo os dois lugares: vestem o jaleco da saúde, mas também os grilhões da ignorância* (6º parágrafo), os dois-pontos que seguem imediatamente o termo sublinhado podem ser substituídos, preservando-se as relações de sentido do texto original, por vírgula seguida de *pois*.

Está correto o que consta em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

9. Um segmento do texto está corretamente reescrito, sem alteração de sentido, em:

- (A) *o amigo resolveu retratá-lo* (1º parágrafo) / o amigo resolveu fazê-lo um retrato.
- (B) *adepo da segunda hipótese* (2º parágrafo) / partidário com a segunda hipótese.
- (C) *aquilo que o escritor enfrenta* (6º parágrafo) / aquilo de que o escritor confronta.
- (D) *E isso se parece com a loucura* (5º parágrafo) / E isso se assemelha da loucura.
- (E) *Ele se dedica justamente àquilo que (...) evitamos* (4º parágrafo) / Ele se dedica justamente àquilo de que (...) nos esquivamos.

10. Está redigido em conformidade com a norma-padrão da língua este livre comentário sobre o texto:

- (A) As telas de Clarice tocaram o autor, que se questionou se viria a ser expressão de doença ou genialidade da artista.
- (B) A arte pode ser tanto expressão da loucura quanto opção pela loucura, dependendo da ótica pela qual se veem-na.
- (C) O médico de Van Gogh cogitou que deveria haver meios de curá-lo, mas, naturalmente, viu fracassarem seus planos.
- (D) São essas zonas abissais do ser humano, onde as certezas se esgarçam, que se presta de engendrar a matéria da literatura.
- (E) As diferenças entre são e loucos nem sempre se dá a conhecer facilmente, o que tornou-se objeto de investigação literária.

11. Ao flagrar-se representado no quadro que Gauguin I, Van Gogh ficou surpreso, porque II como alguém que III.

Preenche, correta e respectivamente, as lacunas I, II e III, preservando a correção e a clareza da frase:

- (A) o apresentou – se reconhecia – estivesse enlouquecendo
- (B) lhe apresentou – se reconhecera – esteja enlouquecendo
- (C) lhe apresenta – se reconhecesse – estivera enlouquecendo
- (D) o apresentasse – se reconheceria – está enlouquecendo
- (E) lhe apresentara – se reconheceu – estava enlouquecendo



12. A frase em que o sinal indicativo de crase está empregado corretamente é:
- (A) O crítico fez referência à algumas telas que Clarice Lispector havia pintado.
 - (B) Gauguin ofereceu um quadro à seu amigo Van Gogh em que este estava representado.
 - (C) Em seu texto, o crítico José Castello relaciona a criação artística à loucura.
 - (D) O autor associou a arte à certa contaminação para, em seguida, refutar essa hipótese.
 - (E) Vários autores se dedicaram à essa problemática que envolve a relação entre arte e loucura.

Raciocínio Lógico-Matemático

13. Um homem faleceu e deixou um patrimônio de R\$ 1.050.000,00 para seus três filhos, determinando, em testamento, que a herança deveria ser distribuída proporcionalmente à quantidade de netos que cada filho houvesse lhe dado até a data de sua morte. Na data do óbito, o herdeiro mais velho tinha três filhos, o do meio, dois e o mais novo, um. Porém, uma semana após o óbito, nasceu mais um neto do homem, filho de seu herdeiro mais novo. Esse neto foi prontamente incluído no acordo, por decisão unânime da família.

Desconsidere impostos e taxas que incidem sobre a herança. Desse modo, após o nascimento do neto mais novo, a diferença entre o valor devido ao mais velho e o devido ao mais novo sofreu redução de

- (A) $\frac{3}{4}$.
 - (B) $\frac{4}{7}$.
 - (C) $\frac{5}{8}$.
 - (D) $\frac{2}{3}$.
 - (E) $\frac{3}{5}$.
14. *“Foi sancionada, nesta quarta-feira (13), com vetos, a Lei nº 13.254/2016, popularmente conhecida como Lei da Repatriação, que institui o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária – RERCT. A nova legislação permite que recursos, com origem lícita, de pessoa física ou jurídica que tenham sido transferidos ou mantidos no exterior sem terem sido declarados oficialmente, ou declarados com omissão ou incorreção, possam ser regularizados com recolhimento dos tributos aplicáveis e multa.*

Quem normalizar a situação será isento de responder por delitos contra a ordem tributária. O projeto de lei de autoria do Executivo, e que compõe o ajuste fiscal, foi enviado ao Congresso Nacional em setembro de 2015. A medida tinha como estimativa inicial arrecadar aos cofres da União entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões. Dados revelam que ativos no exterior não declarados de brasileiros podem chegar a US\$ 400 bilhões.”

(Adaptado de: **Portal Brasil**, 14/01/2016. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/governo/2016/01/dilma-sanciona-a-lei-da-repatriacao-de-recursos>)

Considerando-se que US\$ 1,00 equivale a R\$ 3,40, nesse caso, segundo o texto, a estimativa seria de que a Lei da Repatriação permitiria aos cofres da União recolher, do total de US\$ 400 bilhões irregulares, aproximadamente, entre

- (A) 7,4% e 11%.
- (B) 2,7% e 5,8%.
- (C) 12% e 16,5%.
- (D) 27% e 31,2%.
- (E) 20% e 23,5%.



15. Considere a seguinte situação-problema:

Três atletas – Alice, Bianca e Carla – integram a equipe de ginástica olímpica de certo clube, sendo que cada uma delas têm uma especialidade distinta: salto sobre cavalo, exercícios de solo e trave de equilíbrio. Em certa competição, duas delas foram medalhistas. Além disso, sabe-se que:

- *Alice ganhou medalha de ouro.*
- *A especialista no salto sobre cavalo não ganhou medalha.*
- *Clara não é especialista na trave de equilíbrio.*

Agora, considere também as duas afirmações adicionais:

- (1) *A especialista na trave de equilíbrio ganhou medalha de bronze.*
- (2) *Bianca não é a especialista nos exercícios de solo.*

Para descobrir qual é a especialidade de cada uma das três atletas, considerando as três informações iniciais, a adição

- (A) da afirmação (2), por si só, é suficiente, mas a adição da afirmação (1), por si só, é insuficiente.
- (B) de cada afirmação, (1) ou (2), individualmente, é suficiente.
- (C) de ambas as afirmações, juntas, é suficiente, mas, individualmente, ambas são insuficientes.
- (D) da afirmação (1), por si só, é suficiente, mas a adição da afirmação (2), por si só, é insuficiente.
- (E) das informações (1) e (2), mesmo juntas, é insuficiente.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Municipais

Atenção: Para responder às questões de números 16 e 17, considere a Lei nº 2.138/1992 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina.

16. Paulus foi aprovado em concurso público, tomou posse e entrou em exercício, no ano de 2012. Neste caso, Paulus

- (A) só perderá o cargo em virtude de processo administrativo disciplinar no qual seja assegurada ampla defesa.
- (B) só poderá ser exonerado se houver prévio parecer conclusivo do órgão de Administração de Pessoal.
- (C) só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (D) só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar no qual seja assegurada ampla defesa.
- (E) poderá ser exonerado a qualquer momento e independentemente de prévio parecer conclusivo do órgão de Administração de Pessoal.

17. Considere os seguintes tipos de licença:

- I. por motivo de doença em pessoa da família.
- II. por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.
- III. para serviço militar.
- IV. para atividade político-eletiva.
- V. para capacitação.

O servidor **NÃO** poderá permanecer em licença da mesma espécie por período contínuo superior a vinte e quatro meses, EXCETO, dentre outras hipóteses, do que consta **APENAS** em

- (A) I, II e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.



Noções de Informática

18. Os Sistemas de Informações Gerenciais – SIGs adquirem cada vez mais importância estratégica para as organizações, que estão se adequando às mudanças que causam impacto no ambiente empresarial. Nesse cenário, uma mudança que tem causado um impacto positivo no ambiente empresarial é o
- (A) uso de aplicações legadas baseadas em conceitos modernos como processamento centralizado em potentes computadores Pentium, agrupados em grandes centros de processamento de dados.
- (B) acesso a poderosos painéis de dados analíticos e interativos fornecidos por aplicações de inteligência empresarial, que oferecem aos gerentes informações de desempenho em tempo real, para aumentar o controle sobre a gestão e tomada de decisão.
- (C) uso de serviços baseados na web 4.0, que permitem aos funcionários a interação através de comunidades *online* utilizando *blogs*, *wikis*, *e-mail*, e serviços de mensagens instantâneas.
- (D) surgimento das plataformas de computação em nuvem, que tem como único objetivo distribuir aplicações *online* como serviços de internet às organizações, reduzindo os custos da tecnologia de informação.
- (E) aumento do uso de computadores *desktop* de grande porte por colaboradores, aumentando a rapidez e a eficiência na execução do trabalho e, conseqüentemente, a produtividade.

19. Nos computadores de uma organização percebeu-se que a inicialização do Windows está muito lenta. Notou-se que cada computador leva, em média, 2,5 minutos na inicialização. Para resolver o problema, a equipe de TI resolveu colocar duas unidades de armazenamento em cada computador: uma unidade C que usa memória *flash* de 120 GB apenas para o Windows e uma unidade de disco D de 2TB para armazenar arquivos e *softwares* que não necessitam de grande rapidez na inicialização. Após esta mudança o Windows começou a inicializar cerca de 10 vezes mais rápido.

Com base nessas informações, as unidades C e D são, respectivamente,

- (A) dois HDs SATA.
- (B) HD SATA e HD IDE.
- (C) SSD e HD.
- (D) *pen drive* e disco rígido.
- (E) dois SSDs IDE.
20. A planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2013 em português, mostra parte das hipotéticas despesas correntes (por elemento) da Prefeitura de Teresina no mês de Junho de 2016.

	A	B	C
1	Despesa	Valor Mês	Categoria
2	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 100.000,00	Azul
3	Auxílio-Alimentação	R\$ 50.000,00	Azul
4	Contribuições	R\$ 320.515,00	Azul
5	Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 987.918,00	Amarela
6	Diárias - Civil	R\$ 29.960,00	Azul
7	Indenizações e Restituições	R\$ 549.000,59	Amarela
8	Indenizações e Restituições Trabalhistas	R\$ 0,00	Azul

(Adaptado de: <http://transparencia.teresina.pi.gov.br/despesas.jsp>)

Na coluna C, os valores da coluna B foram classificados em categorias, usando o seguinte critério:

- Se o valor na célula da coluna B for menor do que 500000, a palavra *Azul* é exibida na célula correspondente da coluna C, senão, é exibida a palavra *Amarela*.

Na célula C2 foi digitada uma fórmula que depois foi arrastada até a célula C8, mostrando as categorias de acordo com o critério definido. A fórmula digitada foi:

- (A) =SE(B2<500000 THEN "Azul" ELSE "Amarela")
- (B) =COMPARE(B2>=500000:"Amarela":"Azul")
- (C) =SE(B2<500000:"Azul";SE(B2>=500000):"Amarela")
- (D) =SE(B2<500000;"Azul";"Amarela")
- (E) =COMPARE(B2<500000;"Azul";"Amarela")

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil é regida, dentre outros, pelos seguintes princípios:
- (A) prevalência dos direitos humanos; solução pacífica dos conflitos; autodeterminação dos povos latinoamericanos; repúdio ao terrorismo e ao racismo.
 - (B) igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; não-intervenção quanto ao terrorismo e ao racismo.
 - (C) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; não concessão de asilo político; independência nacional; defesa da paz.
 - (D) independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção.
 - (E) igualdade entre os Estados; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; independência tecnológica; justiça econômica proporcional.
-
22. O conceito segundo o qual as normas de aplicação diferida, que explicitam comandos-valores e conferem elasticidade ao ordenamento constitucional e têm como destinatário primacial – embora não único – o legislador, a cuja opção fica a ponderação do tempo e dos meios em que vem a ser revestidas de plena eficácia, correspondem a normas
- (A) programáticas.
 - (B) de eficácia plena e aplicação imediata.
 - (C) de eficácia contida e aplicabilidade imediata.
 - (D) de eficácia plena e aplicação diferida.
 - (E) de eficácia contida e aplicação diferida.
-
23. A ação cuja criação teve por objetivo suprir a lacuna deixada pela ação direta de inconstitucionalidade e que não pode ser proposta contra lei ou atos normativos que entraram em vigor em data anterior à promulgação da Constituição de 1988 corresponde a
- (A) arguição de descumprimento de preceito fundamental.
 - (B) ação direta de constitucionalidade.
 - (C) ação popular constitucional.
 - (D) mandado de injunção.
 - (E) *habeas data*.
-
24. Sobre direitos de proteção da intimidade previstos em diversos incisos do art. 5^a da Constituição Federal, é correto afirmar que se assegura o direito
- (A) à liberdade da manifestação do pensamento, inclusive garantindo-se o anonimato.
 - (B) à inviolabilidade do direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
 - (C) de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização exclusiva por dano moral.
 - (D) à inviolabilidade irrestrita da liberdade de consciência e de crença, mesmo para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.
 - (E) à plena inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.
-
25. Dentre as competências atribuídas pela Constituição Federal aos Municípios, inclui-se
- (A) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora municipal.
 - (B) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem a obrigatoriedade de prestar contas a outros entes da Federação.
 - (C) criar, organizar e suprimir distritos, por sua própria legislação.
 - (D) organizar e prestar, diretamente, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
 - (E) legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.



26. Sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis dos Municípios, de acordo com a Constituição Federal,
- (A) não são aplicáveis aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, da Constituição (direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais), como regra geral.
 - (B) não poderá ser instituído conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes municipais.
 - (C) a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório são de livre discricionariedade da administração devendo observar requisitos expressos na Constituição.
 - (D) o sistema constitucional de remuneração exclusiva por subsídio fixado em parcela única não se aplica no âmbito municipal.
 - (E) no âmbito municipal não poderá ser estabelecida relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.
-
27. Sobre o significado da expressão “independência e harmonia dos poderes”, na clássica divisão tripartite entre as funções do Poder,
- (A) no exercício das atribuições que lhes sejam próprias, precisam os titulares consultar os outros e necessitam de sua autorização.
 - (B) a investidura e a permanência das pessoas num órgão do governo não dependem da confiança nem da vontade dos outros.
 - (C) na organização dos respectivos serviços, o titular é livre e soberano para dispor conforme suas convicções.
 - (D) não cabe exclusivamente ao Presidente da República prover e extinguir cargos públicos da Administração federal, bem como exonerar ou demitir seus ocupantes.
 - (E) não compete com exclusividade às Câmaras do Congresso e aos Tribunais elaborar os respectivos regimentos internos, em que se consubstanciam as regras de seu funcionamento, sua organização, direção e polícia.
-
28. Sobre a responsabilidade do Presidente da República,
- (A) o Presidente não ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, ainda que recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) os crimes de responsabilidade estão definidos taxativamente pela Constituição Federal, não competindo à lei aumentar o rol de condutas.
 - (C) admitida a acusação contra o Presidente da República, por maioria absoluta da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade.
 - (D) os crimes de responsabilidade serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.
 - (E) decorrido o prazo de cento e oitenta dias, se o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, extinguindo-se o processo.
-
29. Sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária no âmbito dos Municípios,
- (A) nos Municípios que ao tempo da promulgação da Constituição Federal não dispunham de Tribunal de Contas foi concedido prazo de 30 anos para sua criação.
 - (B) a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Estadual, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
 - (C) o Prefeito deve prestar contas apenas ao fim do mandato de 4 anos e as terá apreciada pela decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
 - (D) as contas dos Municípios ficarão à disposição exclusiva do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.
 - (E) o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
-
30. Os Ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal
- (A) não precisam ser brasileiros natos, devem ter mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada e nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (B) são escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, aposentam-se compulsoriamente aos setenta anos de idade e são indicados pelo Presidente da República e nomeados pela Mesa Diretora do Senado Federal.
 - (C) são escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada e nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (D) são escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável reputação e saber jurídico ilibado, não precisam ser brasileiros natos e nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal.
 - (E) são escolhidos dentre cidadãos sem qualquer restrição etária ou outro requisito diretamente pelo Presidente da República que apenas os submete ao Congresso Nacional para referendar a indicação.



31. Dentre as competências do Ministério Público que NÃO podem ser exercidas pela Defensoria Pública está:
- (A) promover a ação penal pública, na forma da lei.
 - (B) promover a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
 - (C) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.
 - (D) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.
 - (E) defesa judicial das populações indígenas.

Direito Administrativo

32. Maria é funcionária de um Tribunal de Contas e emite certidões sobre registros de aposentadorias. Trabalhando sozinha no setor, devido à redução do número de servidores, viu o serviço acumular, gerando demora na confecção e entrega dos documentos aos requerentes. Entendeu, assim, por passar a cobrar quantia em dinheiro dos interessados para dar prioridade aos pedidos de emissão de certidões. A conduta da servidora
- (A) tipifica ato de improbidade, caso não seja punível como infração disciplinar mais grave, passível de demissão.
 - (B) pode ser considerada dolosa e como tal, tipificada como ato de improbidade na modalidade que gera enriquecimento ilícito.
 - (C) é indubitavelmente dolosa, pendente a demonstração de prejuízo ao erário para configuração de ato de improbidade.
 - (D) independe da comprovação de dolo ou prejuízo ao erário para configuração de ato de improbidade.
 - (E) é punível como ato de improbidade, cumulável com infração disciplinar, prescindindo, em ambos os casos, da demonstração de dolo para configuração.
33. A responsabilização do Estado, nos casos de morte de detento, causada por terceiro, durante rebelião, dá-se sob a modalidade
- (A) subjetiva, cabendo ao autor demonstrar a culpa do agente público que deu causa ou deixou acontecer o falecimento, demandando-o em litisconsórcio com o poder público.
 - (B) objetiva, pois fica demonstrado o nexo de causalidade entre o dever legal do Estado preservar a incolumidade física do detento e o falecimento ocorrido.
 - (C) subjetiva, presumindo-se a culpa do agente público para formação do nexo de causalidade entre a atuação do Estado e o evento danoso, evitável ou inevitável.
 - (D) da teoria do risco integral, admitidas as excludentes de responsabilidade para os casos em que demonstrado que não fora possível agir para evitar o evento danoso.
 - (E) objetiva, quando o falecimento é causado comissivamente por agente público e sob a modalidade subjetiva em relação ao agente que deve ser demandado em litisconsórcio, em razão do dolo.
34. Os atos administrativos são dotados de atributos que lhes conferem distinções em relação aos atos praticados na esfera privada, daqueles podendo decorrer efeitos com maior alcance e projeção, como no caso da
- (A) presunção de veracidade, em razão da qual presumem-se verdadeiras as alegações de fato e de direito, administrativas e judiciais, feitas pela Administração pública em todos os documentos e instrumentos por ela firmados.
 - (B) presunção de eficácia, em razão da qual todos os atos administrativos editados podem possuir eficácia estendida a terceiros, mediante requerimento administrativo.
 - (C) presunção de veracidade, pela qual se presumem verdadeiras as afirmações de fato feitas pela Administração pública, por exemplo, em documentos administrativos por ela firmados.
 - (D) presunção de legitimidade, que atesta a legalidade da atuação da Administração pública, o que possibilita a extensão *erga omnes* de seus efeitos.
 - (E) autoexecutoriedade que permite a atuação da administração independentemente de previsão legal e de autorização do judiciário para coibir, por meios indiretos, situação que viole a legislação.
35. Pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma da legislação brasileira, com parte do capital pertencente a entes públicos, na condição de detentores do controle, prestadora de serviço público, sujeita a regime licitatório para contratação das atividades meio, descreve uma
- (A) sociedade de economia mista.
 - (B) autarquia.
 - (C) fundação.
 - (D) empresa pública.
 - (E) autarquia especial.



36. O ingresso no serviço público, é sabido, depende da realização de concurso público de provas e títulos, como forma de expressão do princípio da isonomia. Dentre as formas de provimento de cargo público, a
- (A) readaptação é a determinação judicial da investidura do servidor afastado por invalidez, em razão da cessação das condições que o incapacitavam.
 - (B) reversão garante ao servidor que sofreu limitações físicas a classificação em outro cargo cujas funções sejam compatíveis com sua capacidade.
 - (C) reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo que ocupava anteriormente, por decisão judicial ou administrativa, sendo-lhe assegurada o ressarcimento de todas as vantagens cabíveis.
 - (D) recondução é a classificação do servidor em outra unidade integrante do mesmo órgão, a pedido ou por decisão administrativa, na forma da lei.
 - (E) readaptação é a classificação do servidor em outra unidade integrante do mesmo órgão, para garantir a adaptação de suas condições físicas e psicológicas ao novo cargo.
-
37. Os poderes da Administração pública lhe foram atribuídos para possibilitar o exercício de suas funções, que sempre devem ser norteadas em benefício da coletividade. Conferem, portanto, prerrogativas à Administração pública, que não são ilimitadas. É exemplo disso
- (A) o poder normativo conferido à Administração, por meio da edição de decreto autônomo, que somente pode ter lugar sempre que houver lacunas ou ausência de lei.
 - (B) o poder hierárquico, que atribui dever de subordinação dos servidores aos seus superiores, cabendo a estes a apuração de infrações e aplicação de penalidades disciplinares.
 - (C) o exercício do poder disciplinar, que se estende aos particulares e empresas contratados pelo poder público para prestação de serviços em repartições públicas.
 - (D) o exercício do poder de polícia, que pode limitar os direitos individuais com algum grau de discricionariedade, mas sempre deve ter previsão legal.
 - (E) o exercício do poder normativo-disciplinar, que se exterioriza na edição de normas de conduta disciplinar, com elenco de infrações e sanções.
-
38. Uma concessionária prestadora de serviço público de distribuição de gás precisa ampliar a rede subterrânea sob sua operação em determinado trecho, para disponibilizar o acesso a mais localidades. Elaborado o projeto e identificados os imóveis, todos particulares, a empresa precisa instrumentalizar a instalação da infraestrutura. O instituto jurídico adequado para viabilizar o projeto da concessionária é a
- (A) requisição administrativa, visto que o serviço público permite que a concessionária requirite as áreas particulares necessárias à prestação do serviço público de utilidade geral.
 - (B) limitação administrativa, pois a restrição será temporária, apenas para a instalação da tubulação subterrânea, devolvendo-se a superfície ao proprietário ao término da obra.
 - (C) desapropriação, pois a obra deixará inaproveitável o imóvel por completo, sendo obrigatório, por lei, que o poder público adquira as áreas necessárias a instalação de infraestrutura para prestação de serviços públicos.
 - (D) servidão administrativa, instituída em favor do serviço público, mediante indenização aos proprietários pela redução do aproveitamento de suas propriedades, em razão da obra ser subterrânea.
 - (E) ocupação temporária, mediante remuneração proporcional, tendo em vista que a utilização do imóvel perdurará apenas pelo tempo necessário a instalação da infraestrutura, restituindo-se os imóveis ao término.
-
39. Determinado município realizou uma licitação para contratação de obras de construção de casas populares. Findo o procedimento e celebrado o contrato, o Ministério público recebeu denúncia de irregularidades na instrução do procedimento, vícios que teriam eivado o certame de ilegalidade, a ponto de levantar suspeita sobre o resultado do mesmo, ensejando o ajuizamento de ação para a anulação da licitação. O contrato já estava em execução, sendo que a ação judicial ainda tramitava. A decisão judicial
- (A) pode acarretar a anulação do procedimento licitatório, se apurada ilegalidade, o que alcançará o contrato firmado, cabendo, se não houver culpa do contratado, indenização pelos serviços executados e eventuais prejuízos comprovados.
 - (B) pode ensejar a nulidade do contrato em execução, não alcançando mais o procedimento licitatório, porque findo, sendo possível a apuração de responsabilidade dos envolvidos.
 - (C) poderá revogar a licitação e o contrato, independentemente do início da execução, não cabendo indenização ao contratado, por presunção de culpa em razão do resultado viciado do certame.
 - (D) não pode adentrar no exame de legalidade da licitação após seu término, em razão do esgotamento do ato administrativo, apurando-se a responsabilidade do contratado e dos servidores envolvidos para ressarcimento ao erário do prejuízo sofrido.
 - (E) poderá adentrar na análise de legalidade da licitação e da contratação, mas em havendo vício, determinará a anulação ou revogação, conforme o caso, pela Administração pública, alcançando o contrato, com a consequente indenização, se couber.



40. O pregão é modalidade de licitação adequada para ser utilizada pela Administração pública quando da
- (A) alienação de bens móveis de valor inferior a R\$ 10.000,00.
 - (B) alienação de bens móveis inservíveis.
 - (C) contratação de projeto de engenharia para construção de escola.
 - (D) aquisição de *software* para desenvolvimento e instalação de processo eletrônico em determinado ente público.
 - (E) contratação para aquisição de café em pó para unidades administrativas.
-
41. As concessões de serviço público regidas pela Lei nº 8.987/1995, chamadas concessões comuns, e as parcerias público-privadas, sob as modalidades de concessão administrativa e concessão patrocinada, regidas pela Lei nº 11.079/2004 são formas de delegação de serviços públicos para a iniciativa privada. Há semelhanças e distinções entre elas, como a
- (A) possibilidade de cobrança de tarifa do usuário pela utilização do serviço público, tanto na concessão comum, como nas modalidades de parceria público-privada.
 - (B) possibilidade do poder público aportar recursos na obra, para aquisição de bens reversíveis, nas parcerias público-privadas, o que não encontra previsão legal nas concessões comuns.
 - (C) possibilidade do parceiro privado, na concessão patrocinada e na concessão administrativa, efetuar desapropriações, o que não está autorizado ao concessionário na concessão comum, cabendo ao poder público o fornecimento das áreas.
 - (D) transferência da titularidade do serviço público para os concessionários, que continua a ser prestado, contudo, sob regime de direito público, com todas as prerrogativas a ele inerentes.
 - (E) previsão de reequilíbrio econômico-financeiro feito exclusivamente por meio da tarifa nas concessões comuns, enquanto que nas parcerias público-privadas também pode ser implementado por meio de indenização e majoração das contraprestações.
-
42. A Administração pública é regida por princípios que orientam suas atividades. A atuação em alguns setores reclama a incidência de princípios específicos, em geral pela relevância da atividade. Assim acontece com os serviços públicos, que devem ser disponibilizados à população em geral, e com a licitação, dada a obrigação de gerir e empregar os recursos públicos da melhor forma possível. O princípio da
- (A) vinculação ao instrumento convocatório fundamenta a vedação a que os licitantes desistam das propostas apresentadas antes da abertura dos envelopes contendo as propostas.
 - (B) adjudicação compulsória permite ao vencedor da licitação exigir a celebração do contrato após a adjudicação do objeto da licitação, pois constitui direito subjetivo do mesmo.
 - (C) igualdade dos usuários impede que se estabeleça tarifa diferenciada para prestação do mesmo serviço público a pessoas diferentes.
 - (D) impessoalidade fundamenta a regra que impede o conhecimento da identidade dos licitantes antes do julgamento objetivo das propostas em todos os procedimentos de licitação.
 - (E) continuidade dos serviços públicos fundamenta o impedimento da rescisão administrativa unilateral do contrato de concessão de serviço público pelo concessionário.
-

Direito Processual Civil

43. O recurso de apelação
- (A) apenas tem efeito suspensivo se confirmar, conceder ou revogar tutela provisória.
 - (B) tem efeito suspensivo, em regra.
 - (C) nunca terá efeito suspensivo quando decretar a curatela.
 - (D) apenas pode ser interposto tal recurso contra sentença que julgar o mérito da ação.
 - (E) não tem efeito suspensivo se julgar o mérito dos Embargos do executado, qualquer que seja o fundamento da decisão.
-
44. O recurso de Agravo
- (A) é cabível apenas na forma retida, contra decisão que indeferir oitiva de testemunha.
 - (B) não é cabível contra decisão que decidir sobre a exclusão de litisconsorte.
 - (C) não é cabível no processo de inventário, devendo a parte se valer da ação autônoma.
 - (D) é cabível contra decisões que versarem sobre os pedidos de tutelas provisórias, admissão ou não de intervenção de terceiros e proferidas em sede de execução.
 - (E) sempre é recebido no efeito suspensivo.
-



45. Penélope recebeu pessoalmente, em sua casa, em um domingo às 22 horas, um mandado de citação para responder à demanda contra si ajuizada. Em sua defesa, Penélope alegou que a citação é nula, pois os atos processuais devem ser realizados apenas em dias úteis, das 6 às 20 horas. Esta alegação
- (A) não procede, pois o ato processual denominado citação pode ser praticado, independente de autorização judicial, durante o período de férias forenses e nos feriados ou dias úteis fora do horário forense.
 - (B) procede, já que os domingos são considerados feriados, para efeito forense.
 - (C) parcialmente procede, eis que a citação, embora válida, é inexistente, porque realizada fora do horário forense.
 - (D) procede, pois a citação não se referia à tutela de urgência, única hipótese possível para a prática de atos processuais durante férias e feriados forenses.
 - (E) não procede, pois a citação é válida, eis que não existe limite para as tentativas de localização pelo Oficial de Justiça, fora do horário comercial.
-
46. Extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando o juiz
- (A) reconhecer existência de prescrição.
 - (B) homologar transação.
 - (C) homologar renúncia à pretensão ou julgar procedente o pedido em razão de reconhecimento jurídico.
 - (D) julgar reconvenção improcedente.
 - (E) acolher alegação de existência de convenção de arbitragem.
-

Direito Civil

47. Amarildo, com 16 anos de idade, pretende vender um imóvel valioso de sua propriedade. Para tanto:
- (A) não precisa comparecer pessoalmente ao ato de lavratura da escritura, bastando ser assistido por seu representante legal, que deverá comparecer obrigatoriamente.
 - (B) não precisa comparecer ao ato da lavratura da escritura, pois será representado pelo Ministério Público, que deverá comparecer pessoalmente ao ato.
 - (C) comparecerá pessoalmente ao ato da lavratura da escritura, outorgando-a, regularmente assistido.
 - (D) comparecerá pessoalmente e outorgará a escritura de compra e venda, sendo-lhe dispensável representação ou assistência, pois a forma do ato pode ser suprida pela declaração de vontade, independentemente da idade do declarante ou outro requisito.
 - (E) não precisa comparecer pessoalmente ao ato da lavratura da escritura, bastando ser representado por seu representante legal, que deverá comparecer obrigatoriamente.
-
48. Alterada uma lei, durante o prazo de *vacatio legis* da lei nova, aplica-se
- (A) o Código Civil, apenas.
 - (B) a lei alterada.
 - (C) a lei que for escolhida pelo Magistrado, de acordo com seu livre convencimento e poder de arbítrio.
 - (D) a lei mais benéfica.
 - (E) a lei nova publicada antes da alteração.
-

49. Sobre a solidariedade,
- (A) decorre apenas da vontade das partes, não podendo ser imposta por lei.
 - (B) é incompatível com as obrigações de dar.
 - (C) decorre apenas da lei, não podendo ser estabelecida pela vontade das partes.
 - (D) em havendo mais de um credor, em dívida de natureza solidária, a obrigação do devedor que paga a somente um credor não é extinta.
 - (E) o pagamento parcial da obrigação não extingue a solidariedade, que permanece quanto ao remanescente.
-



50. Um indivíduo chamado Restos Mortais de Oliveira requereu ao juiz da Comarca onde residia, Cidade de Tiradentes, a mudança de seu nome, passando a chamar-se João de Oliveira. Chegando à Capital do Estado, onde passou a residir, encontrou dificuldades para a obtenção de crédito no mercado, em virtude da existência de inúmeros homônimos com títulos protestados. Requereu, então, novamente, a mudança de seu nome, ao qual acrescentou o apelido materno Gomes, passando a chamar-se João Gomes de Oliveira. Tornou-se, posteriormente, um escritor famoso, adotando o pseudônimo "Railander". Neste caso hipotético,
- (A) o pseudônimo não é protegido por lei, independente da atividade exercida.
 - (B) a alteração de prenome é sempre possível, mediante mera declaração de vontade, desde que realizada judicialmente.
 - (C) não é possível o acréscimo de mais um apelido de família ao sobrenome.
 - (D) a primeira alteração solicitada pelo indivíduo ocorreu em seu prenome.
 - (E) o nome da pessoa pode ser utilizado por terceiros em publicações que a exponham ao desprezo público, desde que não haja intenção difamatória.
-
51. O vício do ato jurídico, resultante de coação
- (A) impede que o ato produza os seus efeitos, independentemente de sentença judicial que o reconheça.
 - (B) não precisa ser a causa determinante do ato, devendo, porém, ser grave e injusta.
 - (C) só impede a produção de seus efeitos se julgado por sentença, reclamando provocação da parte.
 - (D) pode ser reconhecido de ofício pelo juiz, por se tratar de causa de nulidade.
 - (E) não permite a anulação do ato, resguardado ao coacto o direito a perdas e danos.
-
52. Marilda contraiu com Paulo a obrigação de entregar seu carro em determinada data, ou, assim pactuado, poderiam substituí-la pela entrega do carro da mãe de Marilda, e, na total impossibilidade cumpri-la, poderia Paulo receber o valor do carro. Trata-se de uma situação que envolve obrigação
- (A) de dar coisa incerta.
 - (B) cumulativa.
 - (C) alternativa.
 - (D) de fazer.
 - (E) de resultado.
-
53. Tibério, residente com ânimo definitivo em Teresina, tendo empresa no Rio de Janeiro, recebe recomendação médica para tratamento de sua doença (tuberculose) em Campos do Jordão/SP. Após seis meses de internação em clínica especializada, Tibério falece naquela cidade. Neste caso hipotético,
- (A) o domicílio da pessoa apenas é considerado um atributo da personalidade jurídica se for utilizado por motivos de ordem econômica.
 - (B) a pluralidade de domicílios não é admitida no direito brasileiro.
 - (C) Campos do Jordão apenas pode ser considerado domicílio de Tibério, embora para todo e qualquer fim, se ele transferisse sua empresa para lá.
 - (D) além de Teresina, Rio de Janeiro também é domicílio de Tibério, para as atividades desenvolvidas nesta localidade.
 - (E) apenas Teresina pode ser considerado domicílio de Tibério.
-
54. O dolo civil produz a
- (A) anulabilidade do ato, apenas quando for a causa deste.
 - (B) nulidade do ato, em quaisquer circunstâncias.
 - (C) nulidade do ato, quando for a causa deste.
 - (D) anulabilidade do ato, em quaisquer circunstâncias.
 - (E) inexistência do ato, desde que seja sua causa.
-
55. Anita, dona de casa, comprou de sua vizinha Bernadete, também do lar, um conjunto de sala de jantar. Pago o preço e entregue o mobiliário, Anita percebeu alguns defeitos aparentes e incontornáveis nos móveis, como, por exemplo, cadeiras montadas com peças de cores contrastantes e várias bolhas no tampo de vidro da mesa. Negado o desfazimento do negócio, Anita, 40 dias após a entrega dos móveis, propôs ação redibitória, a fim de rejeitar a coisa, rescindindo o contrato e pleiteando a devolução do preço pago. A sentença será
- (A) desfavorável a Anita, pois ela não pode rejeitar a coisa e pedir a devolução do preço pago, já que já usou os móveis.
 - (B) favorável a Anita, pois os defeitos nos móveis os tornaram imprestáveis para o efeito decorativo a que se destinavam.
 - (C) favorável a Anita, pois o prazo para ajuizamento de tal demanda é de 1 ano, pois se tratam de bens móveis.
 - (D) parcialmente favorável a Anita, pois, já que o bem contém defeitos ocultos, não descobertos em um simples e rápido exame exterior, o adquirente apenas pode requerer diminuição do preço pago.
 - (E) desfavorável a Anita, pois o prazo para ajuizamento de tal demanda é de 30 dias, e também porque os defeitos não são ocultos.



56. Acerca da responsabilidade civil, considere:

- I. Não existe responsabilidade civil do Estado quando, em razão de diligências policiais realizadas durante o período noturno à residência de elemento suspeito de participação criminosa, este, ao reagir, dá início a tiroteio do qual resulta sua morte.
- II. Marido que agride a esposa e lhe causa ferimentos graves, acarretando, inclusive, diminuição de sua capacidade laborativa, não tem o dever de indenizá-la, por danos materiais (lucros cessantes) e morais, já que a agressão é apenas causa para separação judicial.
- III. Anacleto causou a morte de Bertoldo, que tinha 16 anos de idade. O pai de Bertoldo ingressou com ação, pleiteando danos morais e materiais. Embora sem instruir a inicial com provas de que Bertoldo trabalhasse à época de seu falecimento, seu pai incluiu no pedido de danos materiais o valor dos danos emergentes e dos lucros cessantes, os quais podem ser cumulados.
- IV. Os danos causados em veículo de terceiro por veículo registrado em nome de Tulio, mas dirigido por Pilar, que comprou o veículo, serão suportados apenas por Pilar, ainda que Tulio tenha confiado a direção para Pilar.

De acordo com o Código Civil e com jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, está correto que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I e IV.

Direito Tributário

57. O dispositivo constitucional previsto no art. 151, I, da Carta Magna, que veda à União ao instituir tributo a distinção em relação a um Estado, ao Distrito Federal ou a um Município, em prejuízo dos demais, adota o princípio da

- (A) vinculabilidade da tributação.
- (B) indelegabilidade da competência tributária.
- (C) uniformidade geográfica.
- (D) tipologia tributária.
- (E) anterioridade vinculada.

58. Instituir impostos sobre produtos industrializados, sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos inclui-se na competência

- (A) dos Estados e Distrito Federal.
- (B) dos Estados e do Distrito Federal, dos Estados e do Distrito Federal e da União, respectivamente.
- (C) da União, da União, e dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente.
- (D) da União.
- (E) da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente.

59. Considere:

- I. Há *bis in idem* quando uma pessoa jurídica de direito público tributa mais de uma vez o mesmo contribuinte sobre o mesmo fato gerador.
- II. Ocorre bitributação quando duas pessoas de direito público tributam o mesmo contribuinte sobre o mesmo fato gerador.
- III. Haverá inconstitucionalidade ainda que a bitributação esteja prevista no próprio texto constitucional.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I.

60. O tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia denomina-se

- (A) contribuição social.
- (B) imposto vinculado.
- (C) imposto discricionário.
- (D) taxa.
- (E) empréstimo compulsório.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO****Atenção:**

Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva – Redação pela Banca Examinadora. Na Prova Discursiva – Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda dos pontos a serem atribuídos à Redação. A Prova Discursiva – Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior **a 50 (cinquenta)**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

A experiência histórica nos leva a concluir que a igualdade em dignidade e em direito dos seres humanos não é um dado: é um construído da convivência coletiva, que requer o acesso a um espaço público comum. Em outras palavras, é esse acesso ao espaço público – o direito de pertencer a uma comunidade política – que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos.

A construção de um mundo comum, baseado no direito de todo ser humano à hospitalidade universal e contestado na prática pelos refugiados, pelos deslocados, só começaria a se tornar viável – como aponta Hannah Arendt – se o direito a ter direitos tivesse uma tutela internacional, que o garantisse.

(Adaptado de: LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt**. Acesso em: 25/07/2016)

Com base no que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo, justificando seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	